



Violência na clínica contemporânea : a novilíngua

Thamy Ayouch

► To cite this version:

Thamy Ayouch. Violência na clínica contemporânea : a novilíngua. VI jornada APOIAR 2008 : Saúde mental e violência: contribuições no campo da psicologia clínica social, Nov 2008, France. pp.98-116. halshs-00940715

HAL Id: halshs-00940715

<https://shs.hal.science/halshs-00940715>

Submitted on 24 Feb 2014

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Violência na clínica contemporânea : a novilíngua

Thamy Ayouch

Modos de correspondência entre o subjetivo e o coletivo.

Gostaria de começar pela apresentação do campo onde tento desenvolver esta palestra sobre a violência lingüística. Realizo há alguns anos uma pesquisa sobre os modos de correspondência entre a psique individual, princípio de subjetivação, e o campo social nas regras que o definem como *Polis*, agrupamento social estruturado. Suponho uma correlação entre os níveis individual e coletivo, permitindo encontrar na coletividade modos de organização do desejo individual, e no desejo individual uma estruturarão coletiva. Uma das finalidades deste trabalho é de retirar a psicanálise e a psicologia clínica do âmbito exclusivo do consultório e da discussão sobre as estruturas edípicas.

- Assim, teria rastros da organização de desejos individuais na coletividade : teria uma política se dirigindo tanto ao desejo do indivíduo como ao desejo que se manifesta no campo social. Não seria absurdo, portanto, de pensar que o despotismo existente nas relações familiares ou conjugais procede do mesmo tipo de configuração libidinal que o despotismo no campo social. Claramente, não veríamos aqui uma causalidade linear ("Não bata em sua mulher, você trará os militares ao poder", "Você não estimulou a inteligência dos seus filhos, por isso chegou o Sarkozy ao poder!"), mas uma correspondência entre a configuração do desejo em cada um destes níveis. Deste modo, os grandes eventos históricos, os transtornos e tumultos, as revoluções ou as reações seriam movidos pela conexão de uma multiplicidade de desejos individuais apartados, repercutindo-se uns nos outros.

Por exemplo, poderíamos ler assim o episódio de Maio 68 na França: momento de revolta estudantil, operária, social, que permitiu a evolução de estruturas sociais, familiares, institucionais muito rígidas. Nesse episódio histórico, a multidão de desejos individuais reprimidos, arrasados, isolados e submetidos a uma estrutura social que impunha muitas interdições, ecoa na manifestação local, simultânea, do desejo de grupos pequenos: primeiro estudantes isolados, logo politizados em pequenas formações (Partido comunista marxista leninista da França, anarquistas, trotskistas, etc.), logo a maioria dos estudantes, depois operários, e assim outras categorias da sociedade. Estes desejos assim entram em ressonância para questionar a organização social e política. Embora dispersos, eles estão reunidos por regras de organização similares, definindo um paradigma social a partir de feitos individuais.

- Simetricamente, esta correlação entre individuo e coletividade permitiria achar modos de organização do desejo individual pela coletividade: não seria só uma correspondência, mas uma relação de motivação direta. A estrutura do campo social, o modo de organização da coletividade, as modalidades do vínculo social, na *Polis*, teriam uma influencia direta sobre a organização subjetiva.

Nestes dois sentidos, precisa-se pôr em perspectiva o desejo nos níveis micro e macro-político. Uma das hipóteses fundamentais aqui é a primazia da intersubjetividade na construção da subjetividade.

A psique, na suas formas de edificação, afiguraria e reproduziria a organização socio-política. Reciprocamente, estas formas de organização da *Polis* espelhariam a estrutura da psique. Em outras palavras, o inconsciente é modelado pelo socio-político, e o político, num sentido vasto, é infiltrado de desejo inconsciente.

Porém, o que entendo por “o político” e “a política”?

A política, modo de exercer a autoridade numa sociedade, declina-se em feitos e praticas (o *ars politicum*) e em instituições estatais e societais. O paradoxo sobre o que fundamenta a política é de tornar o individuo dependente do grupo pela conservação dele. O regime político se define como maneira específica de regular as relações de poder num agrupamento social. Poderíamos aclarar o conceito de poder como a capacidade de influir sobre feitos e modificá-los numa relação a-simétrica, num contexto de distribuição desigual de faculdades, capacidades, recursos e prerrogativas. Mas como veremos, o poder se caracteriza pela dispersão de micro-poderes, os quais possuem uma forma de violência particular.

Etimologicamente, o adjetivo grego “politico” pode ser substantivado em tres gêneros : o masculino designa o homem político, o feminino a atividade dele, o neutro o corpo político, e o neutro plural, τὰ πολιτικά, o conjunto de assuntos políticos. Baseio-me sobre este sentido no uso do termo *Polis*: conjunto de assuntos que não dependam unicamente da governança, mas também da gestão das relações de poder e da organização social.

Direções de pesquisa

Face ao que foi dito, trato de desenvolver a minha pesquisa em varias direções:

1. Primeiro, uma genealogia coletiva da psique individual, uma formação coletiva de certos aspetos da subjetividade, conscientes, mas sobretudo inconscientes. Essa é a perspectiva dos textos “sociais” de Freud : *Totem e Tabu*, *Psicologia das massas e analise do Ego*, *O Futuro de uma ilusão*, *O mal-estar da civilização*, ou *Moisés e o Monoteísmo*.

Alem da dimensão a-temporal que revelam estes textos, surge a ideia da situação no tempo e no espaço, das estruturas da psique, culturalmente ligadas à organização coletiva onde

aparecem. Ao mesmo tempo, esses textos ressaltam a ideia de uma historicidade das psicopatologias, ou, em outros termos, das formas adotadas pela psique individual em certas configurações político-sociais.

Isso é o que defendemos, Daniel Beaune e eu, no livro que estamos finalizando sobre as "loucuras contemporâneas". Tentamos reler a categoria nosográfica vaga e redutiva dos "estados limites" através de dois afetos principais: o tédio e a angustia, inscritos num contexto socio-histórico. Analisamos as novas formas de sofrimento psíquico como sintomas produzidos pelo sistema neo-liberal e pela crise social que esse provoca. Lemos estas psicopatologias do vínculo social como resultados de um contexto socio-histórico que define a realidade exterior e a realidade psíquica, os fatores concretos de mal-estar e os conflitos psíquicos. Uma evolução social, econômica, ideológica, em uma palavra, política (no sentido que concerne à *Polis*) em direção de uma crise de sentido pos-moderna, reconfigura as modalidades do vínculo social. Estas novas formas de vínculo social, por sua vez, deixam uma marca na psicologia individual.

2. Uma outra maneira de articular a psique e a Polis e de pôr ênfase sobre o paralelismo constante entre sociedade e indivíduo: a subjetividade é informada pelo contexto institucional, social, mas reciprocamente, a aparição de uma fluidez psíquica, de defesas menos rígidas nos indivíduos possibilita as mudanças sociais. É essa a perceptiva de Cornelius Castoriadis, na correlação constante que estabelece entre psicanálise e política.

Coloco nessa pista precisa o trabalho que estou fazendo sobre o vínculo social e a violência. Trata-se de pensar a coerência da coletividade no que tange às vicissitudes da violência. Reciprocamente, tento relacionar os modos de violência vividos pelo sujeito com uma legitimação pela organização coletiva. Em todas as formas da coletividade, - seja *Polis*, massa, sociedade civil, grupo identificador, espaço político ou organização profissional, - o vínculo social passa por modalidades particulares, distribuindo as relações de poder e a violência que lhes fundamenta. Mecanismos de defesa particulares, processos de diversão, permitem consolidar o vínculo social oferecendo uma via particular de descarga pela violência, seja por mecanismos de sublimação, de formação reativa, narcisismo das pequenas diferenças, ou pela nomeação de um terceiro excluído, institucionalização do inimigo ou do bode expiatório, estratégias de eficácia profissional, conquistas de mercados, etc. À base destas organizações coletivas aparecem formas de canalização da violência permitindo o estabelecimento de tal ou tal vínculo social, e, por conseguinte, modalidades subjetivas de gestão desta violência.

3. Finalmente, a terceira direção nesta pesquisa sobre a articulação entre psique e *Polis* é de questionar a posição da psicanálise como prática de um certo modo institucionalizada – embora sempre reivindicando uma posição marginal e subjetiva. Trata-se de perguntar que

formas de mudança da prática analítica são provocadas pelas mudanças na *Polis* e na psique. Mas não vou abordar este aspecto aqui, claro, por falta de tempo.

Então, a minha hipótese do início, fundamentada sobre textos de filosofia política, psicologia de grupos e psicanálise, consiste em afirmar que o modo de organização de um grupo, a sua coerência interna são sempre conseguidos pela atuação de uma forma de violência, agregando os membros do grupo.

Violência e linguagem

Para lhes apresentar um dos aspectos desta pesquisa sobre a canalização da violência no grupo social, preciso, primeiro, recordar alguns sentidos da violência. Do latim *violare*, agir contra, derivado de *vis*, força, a violência designa uma força impetuosa, índice de impulsos incontroláveis. A tradição grega costuma separá-la de uma forma de naturalidade: para Aristóteles, o movimento espontâneo de um corpo, voltando por si mesmo ao seu lugar natural, é oposto ao movimento violento, força imposta que o afasta do seu lugar natural. A violência é o recurso ilegítimo à força, traduzindo um desvio, uma infração em relação a regras e normas consideradas como naturais. As línguas latinas, anglo-saxônicas e também germânicas (*Gewalt* < *Walt*, força, império) se remetem a esta determinação de força na violência.

Entretanto, as línguas semíticas revelam outras conexões. O substantivo árabe *عنْف* se refere a uma forma de tratamento hostil, severo, horrendo e terrível. A violência está definida aqui numa perspectiva essencialmente humana, como ruptura do vínculo amistoso. O hebreu *אלימות* parece relacionado com *אלם*, que se refere ao silêncio e o mutismo. A violência é o que reduz ao silêncio, atos puros sem mediação nem palavras.

Porém existe uma violência da linguagem, no duplo sentido do genitivo subjetivo e objetivo: uma violência exercida sobre a linguagem, e desempenhada através da linguagem. É precisamente esta violência que eu gostaria de estudar aqui : proponho mostrar como, na França, e talvez de uma forma generalizável em outros países, a coerência do grupo social tende a ser estabelecida sobre uma deformação da linguagem, permitindo assim canalizar a violência necessária para o grupo ficar coeso. Esta violência consiste em introduzir progressivamente na linguagem uma alteração majoritariamente aceita, que acaba por causar uma violência psíquica sem igual. Este processo se revela semelhante, em alguns aspectos, ao que George Orwell nomeava *novilíngua* (*Newspeak*) no seu romance *1984*.

Os mecanismos discursivos

Para desempenhar esta análise, precisa-se estudar os eventos discursivos próprios à época atual na França. Vou seguir aqui o método de Michel Foucault na *Arqueologia do saber*, para tentar, como ele, especificar os conceitos que permitem pensar a descontinuidade de uma época à outra, e por conseguinte, pensar a unidade discursiva própria à nossa época. O projeto proposto por Foucault é de descrever os eventos discursivos como horizonte para pesquisar as unidades que se formam neles. Antes de se dirigir a uma ciência, a romances, a discursos políticos, à obra de um autor, a enunciados científicos, ou seja, a unidades predefinidas, trata-se de se focar sobre "uma população de eventos no espaço do discurso em geral" (Foucault, *L'Archéologie du savoir*). Ainda que uma língua apresente combinações quase infinitas para produzir enunciados, o campo dos eventos discursivos de uma época é sempre finito, limitado, e, por conseguinte, obedece às regras de formações discursivas próprias à época. Os objetos, estilos, conceitos e temas de uma unidade discursiva seguem certa regularidade, mesmo que definida pela dispersão. Essa dispersão é o que permite sair das unidades predefinidas habitualmente (a medicina, a política, a economia, a literatura) para apontar e circundar novos conjuntos. Assim, uma formação discursiva é um sistema de dispersão descritível entre vários enunciados, ou, em outras palavras, uma regularidade, uma ordem de correlação, de posições, de funcionamento, de transformações, entre objetos, estilos, conceitos e temas de muitos enunciados.

Os objetos de uma formação discursiva (por exemplo: a loucura como conceito) existem sob as condições positivas de certas relações estabelecidas entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas e técnicas. Essas relações não estão presentes nos objetos, nem somente nas palavras (na língua) ou nas coisas (na realidade), mas nos discursos, que são concebidos como praticas sistematicamente constitutivas dos objetos sobre os quais falam. Similarmente, os discursos não manifestam a unidade de um sujeito que pensa, sabe e fala, seja um sujeito transcendental ou psicológico, mas sim uma dispersão de sujeitos, articulando elementos discursivos que aparecem, se dissociam, se recompõem e se transformam para formar uma regularidade de conceitos, abordados em "estratégias" discursivas. Mais uma vez, saliento que esta abordagem dando ênfase à dispersão é a perspectiva que permite apreender o fenômeno de mudança da linguagem, que é meu foco nesta apresentação.

Outrossim, cabe ressaltar que habitualmente os sistemas de formação de enunciados não estão determinados por limitações de pensamentos ou de representações, nem vêm representar determinações formadas nos níveis das instituições ou das relações sociais. Ao contrario, os discursos vêm sublinhar e operar sistemas de praticas sociais, políticas, econômicas, institucionais já presentes na sociedade.

Contudo, estas formações discursivas têm conseqüências reais sobre a língua e a evolução

dela. A minha hipótese aqui é a de que as formas discursivas atuais contribuem à redução das possibilidades lingüísticas, e à promoção de objetos, estilos, conceitos e temas fixos, através de um léxico reduzido. Isso proporciona um espaço de efetuação da violência necessária para a coesão grupal.

A novilíngua que esta aparecendo e o sistema de praticas que ela revela não se originam numa conspiração ou uma trama do poder, do governo, ou das autoridades. O traço específico das formações discursivas, como vimos, é a dispersão deles, refletindo a dispersão dos poderes que Foucault ressalta com frequência (em obras como *Les mots et les choses*, *L'Histoire de la folie à l'âge classique*, ou *Surveiller et punir*).

Segundo Foucault, o poder é uma relação de forças, agindo por processos menores investindo muitas áreas, como a do corpo, estudada em *Surveiller et punir*. Para submeter os sujeitos, o poder exerce uma fina técnica de disciplina dos corpos pelo controle dos mínimos gestos (por exemplo através do sistema penitenciário, da organização do trabalho nos ateliês, nas escolas, nas casernas). Assim se estabelecem micro-penalidades ligadas a micro-poderes, numerosos, dispersos, procedendo de indivíduos como os pais, professores, médicos, etc., de instituições - hospitais, prisões, escolas - ou de discursos. Estes poderes estão irredutivelmente relacionados com saberes: é a prisão, por exemplo, que fabrica o conceito da delinqüência, ou o poder psiquiátrico que produz o conceito de doença mental. Assim, a micropenalidade dos sistemas disciplinares é revezada por um dispositivo de saber difundindo e instigando estas normas.

Vemos assim como as formações discursivas vêm corroborar e completar um sistema de poderes dispersos, que agregam todo tipo de organização grupal, e definem um modo de descarga da violência.

A meu ver, as formações discursivas atuais traduzem ataques ao vínculo social, vividos pelos nossos pacientes, que padecem das loucuras contemporaneas. Além do mais, aqui aparecem consequências particulares sobre a língua. As formações discursivas de hoje não são imagens de praticas sociais: a regularidade atual dos enunciados vem agir sobre estas praticas, e, coisa nova, alterar também a relação com a língua. Habitualmente, a língua tem sempre fornecido uma serie de modalidades para pensar essas praticas. Hoje, o feito mesmo de refleti-las é comprometido pela invenção de uma novilíngua, tentando reduzir as possibilidades de pensamento. Essa é a minha hipótese: a novilíngua atual não só revela uma formação discursiva própria a muitos campos (medicina, psiquiatria, ou ciência em geral, política, economia), representativa de um ataque ao vínculo social, mas também impede de pensar essas praticas e essas formações discursivas. Define-se habitualmente a violência como paralisia do pensamento, anulação da mobilidade psíquica, e do prazer em pensar. Perante esta impossibilidade do pensamento e da elaboração subjetiva, o resultado é a explosão do que nomeamos "loucuras contemporâneas", definidas pelo ato ocupando o lugar do pensamento, pela situação limite entre inclusão social e marginalização, neurose e psicose, adaptação aos

imperativos econômicos e sofrimento pessoal. Cabe aclarar, aqui, que não instituímos uma relação de causalidade direta entre a novilíngua e as loucuras contemporâneas, mas vemos aquela como uma manifestação sintomática do contexto em que surgem essas.

Foucault descreve o enunciado pela função enunciativa, ou seja pelo lugar determinado e vazio que ocupam, numa organização determinada de praticas, seus vários atores. O arquivo é então a compilação dos discursos, revelando as leis do que pode ser dito, o sistema de aparição de enunciados como eventos singulares. O arquivo define o modo de atividade dos enunciados, o sistema geral de formação e transformação dos enunciados. Ao meu ver, por causa desta contaminação da língua mesma pelo ataque do vínculo, os arquivos atuais riscam de se tornar escassos, ou pelo menos de mudar de função: se a novilíngua do paradigma vulgarizado científico, político e econômico seguir, não se poderá refletir sobre o sistema geral de formação e transformação de enunciados, porque não se terá novos enunciados. O próprio da novilíngua é de fazer desaparecer a função meta-enunciativa do enunciado, a função metalingüística da linguagem, ou, em outras palavras, de dissociar a atuação enunciativa da possibilidade de pensar. Numa progressão indo da pratica discursiva ao saber e logo à ciência, a ciência instituída pela novilíngua está ameaçada pela esterilidade desta língua.

O problema atual seria então que as formações discursivas da nossa época – falo pela França – passam por uma língua que aspira à neutralização da linguagem. Nesse sentido, e seguindo os termos de Foucault em *as Palavras e as coisas*, a *epistémè* atual ameaça de se tornar em falta de *epistémè*.

O escritor Eric Hazan chama esta novilíngua LQR, *Lingua Quintae Respublica*, referindo-se assim à *Lingua Tertii Imperii*, expressão usado por Victor Klemperer para nomear a propaganda nazista durante o Terceiro Reich. A violência exercida sobre a língua e pela novilíngua tem manifestações plurais, aparece numa formação discursiva que invade muitos âmbitos : mídia - radio, televisão, jornais, internet, - publicidade, comércios, mas também discursos políticos, técnicos, e pseudocientíficos. A primeira demão do dia é quando você acorda com as notícias na radio, alternadas por momentos de publicidade. Depois, você sai para receber a agressão de cartazes publicitários na rua e no metrô, e a impregnação se confirma quando você chega ao trabalho e escuta os intercâmbios dos colegas. Ao sair do trabalho, os anúncios do supermercado confirmam a inscrição desta novilíngua garantindo a felicidade no consumo, e na noite, os comentários de políticos na televisão parecem rematá-la. Ao final do dia, você renuncia a pensar: as palavras que você incorporou não permitem-no.

O empobrecimento das formações discursivas é devido à invasão de um idioma provindo do liberalismo, estendendo a lógica empresarial a qualquer domínio, mas também de uma tradição do esporte, promovendo, de forma similar, uma "ultrapassagem" de si mesmo pelo esforço e a firmeza da vontade. Esta língua promovida pelo neoliberalismo para promovê-lo resulta da influência crescente de economistas e publicitários.

Mas o que entendo por “novilíngua”, quando me refiro a esta propaganda midiática?

A Novilíngua

No romance *1984* de George Orwell, novilíngua designa um idioma fictício criado pelo governo autoritário da Oceania, um dos três impérios restantes no mundo. Como escrevia Orwell no apêndice a *1984* "Os princípios da Novilíngua", o objetivo desta linguagem é de promover o modo de pensamento dos devotos de *IngSoc* (English Socialism, o partido único), mas também de tornar impossível qualquer outro pensamento, por falta de palavras adequadas.

O meio para fazê-lo é de construir palavras expressando exatamente e sutilmente tudo o que um membro do partido precisar expressar, e de excluir outros sentidos, e outros modos de chegar aos sentidos admitidos. Isso se consegue inventando novas palavras, eliminando palavras indesejáveis, ou suprimindo a polissemia de algumas outras. A palavra "livre" por exemplo, acaba por ser usada unicamente em expressões como "o cão está livre de pulgas", e desaparecem os sentidos de liberdade política ou intelectual, já que não existem como conceitos.

Assim, esta linguagem é desenvolvida não tanto pela criação de novas palavras, como pela "condensação" e "remoção" delas ou de alguns de seus sentidos, com o objetivo de restringir o escopo do pensamento. Trata-se de suprimir todas as nuances da língua para conservar somente dicotomias (*pleasure and pain, happiness and sadness, goodthink and crimethink*), reforçando a influência do Estado.

A novilíngua recebe então a missão de reduzir o âmbito e o alcance do pensamento, talhando a extensão e a compreensão das palavras, e também cancelando palavras inúteis.

Orwell divide a novilíngua em três classes de palavras: vocabulário A, B e C.

1. O vocabulário A, consistindo em palavras necessárias ao cotidiano (comer, beber, trabalhar, vestir-se, subir ou descer a escada, etc.), é composto de palavras já existentes, cujo número é muito reduzido e cujo sentido é rigidamente definido. Essas palavras têm que ser expurgadas de qualquer ambigüidade, ou polissemia. Por conseguinte, a linguagem é usada só de forma instrumental, e a palavra se transforma em signo designando uma única realidade fixa,

excluindo qualquer hesitação semântica, ou criação interpretativa. As palavras são retiradas do contexto histórico ou etimológico delas para serem associadas a uma única realidade.

Na gramática aplicada a este vocabulário, destaca-se um aspeto. Os elementos são intercambiáveis: qualquer palavra pode ser usada como verbo, substantivo, adjetivo e advérbio. Por exemplo, na novilingua de 1984, a palavra *thought* não existe, é substituída pelo verbo *think*, nas formações *goodthink* (pensamento seguindo os princípios do partido), *goodthinker*, *goodthinkful* e *crimethink*. Impede-se assim qualquer reflexão sobre a multiplicidade dos sentidos etimológicos e a evolução deles.

Portanto, não se precisa de palavras contrárias: qualquer palavra pode virar negativa ao acrescentar o prefixo “*un*”, reforçado por “*doubleplus*” (*good*, *ungood*, *doubleplusgood*). Desaparecem assim todas as nuances entre palavras numerosas se referindo a realidades similares, para ficar só uma oposição binária.

2. O vocabulário B contém palavras deliberadamente construídas para objetivos políticos, com intenção de impor uma atitude mental quando se as utiliza. O mecanismo de construção delas é de concentrar muitas idéias em poucas sílabas, fornecendo assim atalhos verbais potentes que permitem fazer atalhos no pensamento. São combinações de palavras como *goodthink* e *crimethink*, *Minipax* (Ministerio da Paz, ou seja da guerra), *sexcrime* (sexualidade imoral) ou *goodsex* (castidade), *Teledep* (departamento de teleprogramas), *ficdep* (departamento de ficção).

“*Oldthinkers unbellyfeel Ingsoc*”, por exemplo, quer dizer “Aqueles com idéias formadas antes da Revolução não podem ter uma plena compreensão emocional dos princípios do partido Ingsoc (socialismo inglês)”.

Muitas palavras do vocabulário B são eufemismos ou inversões : *Joycamp* (campo de trabalho forçado) ou *Minipax*.

Nessas palavras, a abreviação permite reduzir e mudar o sentido, e impossibilitar a maioria das associações ligadas a elas. A maioria das palavras B podem ser pronunciadas no mesmo ritmo, staccato e monótono, com a intenção de virar um discurso absolutamente independente de consciência.

A idéia dominante aqui era que uma vez que as pessoas não pudessem se referir a algo, isso passaria a não existir. Assim, por meio do controle sobre a linguagem, o governo seria capaz de controlar o pensamento das pessoas, impedindo que idéias indesejáveis viessem a surgir

3. O vocabulário C contém termos científicos e técnicos, rigidamente definidos e despojados de qualquer sentido indesejável. São um jargão próprio a cada domínio de ciência, mas absolutamente privado de qualquer reflexão sobre a atitude da ciência, de qualquer epistemologia.

Mudanças linguísticas e violência

Vejamos agora como essas categorias podem ser aplicadas à novilíngua atual na França. Começemos por exemplos do vocabulário A. Na formação discursiva midiático-política na França, a palavra “República” segue esta evolução. Não é mais a *res publica*, a coisa pública, a organização política da sociedade, ou a configuração política onde o poder, não hereditário, é compartilhado e exercido pelos representantes de uma parte ou da totalidade do povo. A Republica vem designar, de forma unívoca, um sistema regido por especialistas, onde a distribuição dos saberes se sobrepõe exatamente à distribuição das posições. O presidente da Assembléia Nacional assim escreveu, numa perda total de sentido :

“A República, herdeira de todos os que expressaram a carência das liberdades individuais perante as forças do mercado, agora concilia a economia liberal e a ética dela, fundada sobre a recompensa do mérito ou da responsabilidade individual, com o serviço público e o interesse geral”.

Portanto, os valores da República passam da defesa do bem-comum às iniciativas econômicas pessoais, excluindo, todavia, qualquer forma de diferença subjetiva. É em nome da Republica - que no sentido da Revolução Francesa deve recusar qualquer forma de identificação étnica ou religiosa – que se proíbe usar o véu ou discriminar pela cor. Porém, a Republica exclui todos os que não participam à sua ordem econômica, marginalizados em guetos, e definidos como a população “originada da imigração”. Perante essas contradições, o sentido dominante que fica na palavra Republica é a promoção do liberalismo econômico : as empresas são *republicanas*, a iniciativa individual é *republicana*, a recompensa do mérito é *republicana*. A técnica principal aqui usada é a repetição: nas mídias, nos discursos políticos, nos anúncios e pôsteres, a Republica é assim esvaziada dos seus sentidos históricos para ser ligada ao benefício privado.

Isso acontece também para palavras vindo do vocabulário da Revolução Francesa: o termo “cidadão” passou de substantivo à adjetivo qualificando atitudes públicas e comportamentos comerciais conformes à mentalidade do momento. Assim, fala-se de “iniciativa cidadã”, “empresa cidadã”, “mercado cidadão”, “café cidadão”, “comité de empresa cidadã”, etc.

Uma mudança similar de categoria gramatical aconteceu com a palavra “natureza”, que passou de substantivo à adjetivo e advérbio. O impacto é assim muito mais forte, para ocultar uma falta de consideração do outro ou um desprezo total por elementos considerados inúteis (literatura, filosofia, reflexão elaborada) sob um disfarce de ecologia e autenticidade. Os

anúncios de supermercados encorajem a "comer natural", as imobiliárias vendem imóveis que permitem "viver natureza", e centros "ser natureza" propõem estágios de conhecimento de si e mensagens de equilíbrio de energias. Antes ter que explicar que a ideologia do natural pode ter extensões racistas e fascistas, que não existe natureza humana sem ser sempre retomada pela cultura simbólica, quando me dizem "Eu sou natureza", tenho vontade de responder pondo-me a caminhar a quatro patas...

Em relação à Revolução francesa, repete-se com muito lirismo a convicção nos “valores universais” que formaram a França. “Universal” é despojado do sentido do “que se estende à terra inteira”, ou “do que reúne muitos singulares sob uma natureza comum (homem, cavalo, etc.)”, para equivaler à definição da essência francesa, uma mistura de tolerância inigualada, de direitos humanos e de terra de acolhimento. Lembremo-nos, todavia que estes valores foram vigentes só em momentos históricos reduzidos: alguns meses durante a Revolução Francesa, ou algumas semanas durante o episódio da Comuna de Paris. Em outros momentos, os estrangeiros têm sido no mínimo assediados, se não perseguidos, como sob o regime de Vichy ou atualmente, quando se castiga severamente o acolhimento de estrangeiros em “situação irregular”. Recordo que o objetivo atual do ministro da imigração é de expulsar 25000 estrangeiros por ano, e de aumentar em 50% as operações de “acompanhamento à fronteira”. Cabe ressaltar também que este Ministério se chama “Ministère de l’immigration, de l’intégration, de *l’identité nationale* et du codéveloppement”, suscitando a questão da natureza desta identidade nacional, tão ameaçada pela imigração que precisa figurar no ministério.

O capítulo da imigração é desgraçadamente comprido atualmente, e a atitude da França não tem nada de universal: em 2007, para dar só um exemplo, uma emenda foi introduzida prevendo a execução de testes genéticos para estabelecer a filiação em caso de agrupamento familiar. Fica bastante claro que os "valores universais" da República não permitiriam tal intrusão na vida privada de cidadãos franceses - mas serão então de fato universais ao não serem aplicados a estrangeiros?...

Ainda neste campo de imigração, é instrutivo ver como a novilíngua institui termos precisos com sentido e referentes fixos. Os filhos de imigrantes vindo da África do Norte foram primeiro chamados "magrebinos", sejam de Trípoli, de Rabat, de Argel ou de Jerba (seria como dizer latino-americanos sem mais precisão). Logo, os filhos deles têm sido designados pela expressão deliberadamente não definida de população "derivada da imigração". Estranhamente, esta expressão não se aplica a descendentes de italianos, portugueses, polacos ou ingleses. Ela aponta expressamente os "magrebinos", e lhes abastece desta sulfúrica dimensão de perturbadores da ordem: os "derivados da imigração" são com frequência os que povoam com barulho os vestíbulos de prédios, as prisões ou os centros de retenção.

Na mesma evolução lingüística, destaca-se a expressão amalgamadora de "arabo-muçulmano", que, num processo similar, fabrica uma realidade inexistente, sistematicamente associada ao terrorismo. É em nome dos "valores universais" que se denunciam as ações terroristas sempre efetuadas por jovens "de origem arabo-muçulmana". Esta expressão fundamenta-se sobre a ignorância de muitos franceses, convencidos que Turcos, Iranianos Paquistaneses ou Indonésios são árabes, por serem muçulmanos, ou que não podem existir árabes cristãos, judeus ou simplesmente ateus. Aqui tem reminiscências das mitológicas "conspirações judeo-bolcheviques"...

Porem, "universal" segue sendo usado para indicar o brilho, o esplendor e a glória da França quando esta se rebela contra valores que não são os dela. A ministra atual da habitação por exemplo denunciou muita vezes a "ideologia do *gender*" e a "ameaça *queer*" que vêm questionar a diferença sexual, valor *universal* da sociedade. Os mesmos valores universais justificam plenamente um direito de ingerência nos países que carecem deles, na forma de guerras preventivas que multiplicam os bombardeios e as vítimas civis em nome da civilização. Era também em nome da civilização que se legitimava a colonização dos selvagens, a evangelização que lhes sacava do estado de falta de história, de cultura, e até de humanidade. Portanto, não é surpreendente que em fevereiro 2005 tenha sido promulgada uma lei impondo que os programas escolares de história reconheçam "o papel positivo da colonização"...

Num processo similar de petrificação do sentido, a palavra "social", vindo de *socius*, aliado, e referindo-se originalmente aos assuntos ligados à sociedade (o Contrato social da filosofia política contactualista), está agora relacionada com as medidas tomadas para que os indigentes, chamados "modestos" ou "desfavorecidos", aceitem sua própria situação. Numa promoção da compaixão e dos bons sentimentos, desenham-se "projetos sociais", "habitações sociais", "trabalhadores sociais", ou "prestações sociais", que não se chamam "socialistas", por serem antes populistas. Na mesma lógica, existem também "planos sociais" nas empresas, que, ao serem sociais, permitem fazer admitir que as dispensas coletivas que estas empresas impoem acabam agindo pelo bem da sociedade. Paralelamente, a palavra é esvaziada de todo sentido: fala-se de "compromisso social" pelo capitalismo reformado, de "mediação social", ou de vigília "técnica e social" da polícia.

Outro exemplo. O uso atual da "sociedade civil" (originalmente equivalente à sociedade, ou seja a população de uma cidade) refere-se a todo assunto que não pertencer ao mundo político ou estatal: organizações não governamentais, sindicatos, associações. Mas tanto promover as iniciativas da sociedade civil não implica que a política dos políticos é degenerescente e corrompida, que a intervenção do Estado precisa ser limitada, na lógica da livre iniciativa

liberal? Esconde-se assim o feito que as organizações da sociedade civil não são tão simplesmente um contra-poder, mas só a extensão da tecnologia moderna de outros poderes (a lista das ONG ligadas a interesses do poder estatal ou do mercado liberal é interminável).

Alias, a palavra “modernização”, derivada do latim “*modernus*” (de *modo*: pouco depois, recente) não tem nada que ver com uma mudança do antigo ao mais recente (seguindo os humores da moda), mas é sempre apresentado como um processo imprescindível para evitar uma ruína certa. Evocam-se com tom profético e decidido as exigências de “modernização na empresa francesa”, de “modernização das estruturas do Estado”, de “modernização do mercado do trabalho”, da economia ou do sistema da saúde, com o objetivo de esconder o fato de que ninguém sabe para onde vai a mudança, e convencer que a modernização é um processo seguido pelo bem da maioria.

Exemplos do vocabulário B seriam muito numerosos, e não específicos à França se considerarmos nessa categoria os acrônimos e siglas. Em muitas siglas, a abreviação permite de esconder o sentido das palavras plenas, impossibilitar a maioria de associações ligadas a elas, e de certa forma impedir de pensar nos níveis social, político, ideológico ligados a essas palavras talhadas. Os CDI e CDD (Contrato - de trabalho - a duração indeterminada ou Determinada) são realidades inamovíveis, os RMIstas (beneficiários do Rendimento Mínimo de Inserção) são majoritariamente marginalizados, as PME (Empresas Pequenas e Médias) são o modelo da salvação francesa, o INSEE (Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos) é a boca da verdade, o INSERM (Instituto Nacional da Saúde e da Pesquisa Medical) é a quintessência da ciência, as CPAM (Caixa Primária de Seguro Médico) são uma ruína para o Estado, os CRS (Companhias Republicanas de Seguridade) podem ser bestas legais, as CFA (Colônias da África Francesa) viraram Comunidade Francesa de África quando foram substituídas pelos melodiosos DOM-TOM (Domínios de além-mar, territórios de além-mar).

O vocabulário C tem desgraçadamente muitas extensões na França atualmente. Como em muitos países, está culminando, no âmbito comum, o positivismo de uma perspectiva pseudocientífica, baseada sobre remanências de princípios ultrapassados da ciências da natureza: o cálculo e a medida, sistemas hipotético-dedutivos estabelecidos sobre a experimentação, a verificação e resultado. Em uma palavra, a eficácia objetiva. Todo assunto, até os das ciências humanas, está submetido a esta perspectiva. O corpo humano, por exemplo, é abordado pela medicina como objeto físico sem nenhuma interioridade, entregue a experimentos intervindo sobre os sistemas para estabelecer regularidades objetivas

reprodutíveis. O conhecimento aqui buscado não é puramente especulativo: articula-se a técnicas de intervenção, práticas médicas de controle e manipulação. Disso resultaram inúmeros progressos para a medicina, mas aparece o perigo de reduzir o corpo a uma justaposição de partes compartimentadas, e extinguir a arte da clínica médica à custa de uma ciência reivindicando os princípios de exterioridade e neutralidade.

Hoje, na França, como em muitos países, triunfa a instituição simbólica da ciência positiva, evacuando qualquer questão de sentido em benefício de meros problemas a resolver, de resultados concretos e rápidos.

Esta vulgarização de atitudes científicas vem combinada com "conceitos" da economia empresarial e do "management", valorizando os critérios de rendimento, eficácia, operacionalidade, estímulo e resposta, mas excluindo qualquer epistemologia. Efetivamente, não tem nenhuma forma de reflexão sobre a cientificidade dos modelos impostos no campos da saúde física e mental, da educação ou da justiça. Prevalece uma ideologia cientificista nas representações coletivas, um neo-classicismo reducionista onde se encorajam a intervenção ativa, a transformação, a dominação, o controle, e a racionalização simplista. Na psicoterapia por exemplo, a patologia psíquica procede do lapso de esquemas cognitivos que precisam serem corrigidos, substituindo às causalidades erradas circuitos justos, ensinando novos condicionamentos, reduzindo tudo a causas e efeitos, ações e retro-ações, excluindo totalmente o sujeito.

Por isso triunfam as palavras de "racionalização das operações", e "otimização" dos resultados", de "reestruturação" econômica ou dinâmica. A "crise", termo originalmente médico (momento agudo de uma doença, antes do restabelecimento... ou da morte) e logo econômico (a crise de 1929) é empregada para designar a habitação, o emprego, a educação, ou igualmente a carne bovina. Com a palavra "crise", estes problemas crônicos têm irredutivelmente uma solução rápida, a temporalidade da eficácia científica tendo que ser breve. Outra palavra científica, o crescimento, vem indicar, graças à autoridade incontestável das cifras, o objetivo não somente da economia mas de toda perspectiva política e social, com um cinismo real. Assim, como se escrevia no *Monde* de 25 maio 2005, "Apesar das guerras e da pobreza, o continente negro realizou em 2008 o crescimento mais alto em 8 anos". O crescimento é a única forma de tirar a França - ou outros países - da sua "atonia econômica e social" (*Le Monde*, 6 dezembro 2004).

A palavra "performance" também derivada do âmbito desportivo, vem dar um toque científico aos desempenhos da organização de relações humanas numa empresa ou num serviço público, à eficácia da universidade, ou à virtude da tecnologia de detecção de imigrantes clandestinos. Assim se escrevia no *Figaro* "a detecção eletrônica nos caminhões, das emanações de gás carbônico pela respiração, ou a adoção do "heart beat detector", que permite localizar com

maior *performance* os batimentos cardíacos" (16 novembro 2004).

A cientificidade das avaliações é incontestável: uma recente investigação do INSERM sobre os distúrbios de "comportamento" (palavra altamente científica) das crianças estabelece um vínculo indubitável entre as dificuldades de comportamento de crianças de menos de 3 anos e o risco de delinquência ulterior. O governo avaliza esta investigação, recomendando uma detecção precoce nas creches com "cadernos de comportamento".

Similarmente, a lei de 25 de fevereiro 2008 estabelece uma "retenção de segurança" para pessoas consideradas como "particularmente perigosas": quando elas acabarem a pena numa prisão, são privadas de liberdade e encarceradas em estabelecimentos especiais. Um exame medico-psicológico e as estatísticas sobre a recidiva predizem o funcionamento psíquico e os atos delas, e as colocam em cárcere por antecipação, de atos que elas ainda não cometeram.

O presidente Sarkozy, grande sábio e científico, considerou publicamente a pedofilia e o suicídio dos adolescentes como determinados pela genética (uma outra palavra científica). Nesse uso reducionista e preditivo da genética, a solução é "a castração química" aos primeiros. Será a solução também a eliminação dos segundos já na infância, antes de se tornarem adolescentes, para não se suicidarem?

Eis então uma verdadeira formação discursiva combinando, como mostrou Foucault, vários campos, mostrando um eco entre instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamento, sistemas de normas e técnicas. Estas formas discursivas tendem a reduzir a linguagem a uma novilíngua que busca a eficácia à custa da verossimilhança. Ao serem esvaziadas dos seus sentidos históricos, etimológicos, subjetivos, ao serem restringidas a um sentido fixo excluindo qualquer forma de associação, estas palavras impõem a aceitação de uma única realidade ao mesmo tempo que introduzem um empobrecimento do pensamento. A novilíngua exerce uma violência efetiva sobre o pensamento, para manter a coesão grupal.

Novilíngua e mecanismos psíquicos

Vejamos agora os mecanismos psíquicos que esta novilíngua convoca.

O primeiro deles é uma forma de denegação, através do uso do eufemismo. Fala-se de condições, pessoas, famílias "modestas", para não ter que reconhecer a indigência deles, de "reestruturação" para não admitir a crueldade da dispensa, ou de "parceiros sociais" para dar a impressão que sindicatos e presidentes de empresas estão do mesmo lado. Outro exemplo, a palavra "reforma" permite acelerar a conversão de instituições públicas pela privatização. Além do mais, o eufemismo serve para esconder um vazio conceitual com palavras cujo

sentido foi esvaziado, e fazem assim evitar qualquer litígio. Não se fala mais de classes na sociedade, mas de “camadas” ou “categorias socio-profissionais”, conjurando assim o espectro da rebeldia social, e substituindo aos oprimidos ou explorados a categoria dos “excluídos” (evidentemente sem excludores : os excluídos são vítimas de si mesmo, já que numa sociedade onde cada um é uma pequena empresa, cada um é responsável da sua própria falência). Pelo mesmo motivo de conservação da coesão social, os patrões viram “managers” e “coaches” intuitivos e humanistas que não controlam e ordenam mas animam e acompanham no desenvolvimento pessoal.

A palavra “proximidade” justifica a intrusão da violência legal nas expressões “justiça de proximidade” ou “polícia de proximidade”.

O segundo mecanismo psíquico explorado pela novílingua é a formação reativa: atitude ou habitus psicológico de sentido oposto a um desejo recalcado. A “escuta”, a “prática no terreno” são temas recorrentes nos discursos políticos, ainda mais reforçados pelos advérbios “concretamente” e “verdadeiramente”. Nunca se falou tanto de “comunicação”, “intercâmbio”, “diálogo”, que quando o vínculo social tendeu a ser substituído por uma engenharia de relações humanas. Cada empresa tem um departamento de “recursos humanos”, que, se não fosse irônico, poderia ressoar como recursos petrolíferos. Os discursos políticos intimam o multiculturalismo quando a sociedade é profundamente compartilhada em os franceses que não migraram e os que derivam da imigração. As empresas se elogiam pela sua “ética” de “rigor”, “virtude”, e “transparência”. Aparecem assim expressões absurdas por serem contraditórias, estipulando que “o mercado sofre”, a guerra pode ser “humanitária”, tem “bombas inteligentes”, e “golpes cirúrgicos”.

O mecanismo recíproco a esta formação reativa é identificação projetiva, através da dramatização ou de uma explosão retórica da violência, como se as moções agressivas recalcadas tivessem de se expressar de algum modo. A dramatização acontece com a multiplicação de expressões usando sem : “sem-direitos”, “sem-papeis”, “sem-teto”, “sem-domicílio fixo”, “sem-terra”, “sem-emprego”, que ressoam como os “sem fé nem lei”. O tema da “segurança”, massivamente explorado nas campanhas políticas, aumenta a desconfiança em todo o desconhecido. O mais fragil tem que ser protegido pela polícia, pelas leis anti-imigração, ou, nos anúncios, pelos detergentes de lã e leite hidratante. Metáforas belicosas são usadas por jornalistas e políticos: têm uma “guerra de civilizações”, os usuários dos transportes públicos são “sequestrados pelos grevistas”, e tal comércio se glorifica de uma “ofensiva sobre os preços”. Por causa dos “selvagensinhos” que vivem neles, - majoritariamente filhos de antigos imigrantes, que ficaram fora do modelo da civilização republicana, e que precisavam ser repreendidos e castigados - os subúrbios devem ser, afirma

o presidente atual, limpos "ao Karcher" " (aparato limpador de alta pressão muito abrasivo). O objetivo dessa dramatização é de fazer aparecer a determinação dos locutores em ser fieis aos conceitos deles: segurança, disciplina, firmeza, ordem.

Mas essa novilíngua revela também, como temos visto, um mecanismo perverso de duplo vínculo : os usuários sabem que os sentidos reservados às palavras da moda não são verdadeiros, e que as realidades vendidas não são autênticas. Porém, seguem acreditando. Este fenômeno é descrito como "duplipensar" por George Orwell, nestas palavras:

"Saber e não saber, ter consciência de completa veracidade ao exprimir mentiras cuidadosamente arquitetadas, defender simultaneamente duas opiniões opostas, sabendo-as contraditórias e ainda assim acreditando em ambas; usar a lógica contra a lógica, repudiar a moralidade em nome da moralidade, crer na impossibilidade da Democracia e que o Partido era o guardião da Democracia; esquecer tudo quanto fosse necessário esquecer, trazê-lo à memória prontamente no momento preciso, e depois torná-lo a esquecer; e acima de tudo, aplicar o próprio processo ao processo. Essa era a sutileza derradeira: induzir conscientemente a inconsciência, e então, tornar-se inconsciente do ato de hipnose que se acabava de realizar. Até para compreender a palavra "duplipensar" era necessário usar o duplipensar."

E descrição mais sintética:

"Duplipensar é a capacidade de guardar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias, e aceitá-las ambas."

Ao aparecerem, estas palavras da novilíngua revelam algumas tendências, mas também contribuem a reforça-las, contaminando, por ondas sucessivas, outros ambientes, outras mídias, e outras categorias. Quando, numa sociedade, o discurso político põe ênfase sobre a democratização e a abolição ideológica das classes, mas permanecem diferenças de educação, de acesso à cultura ou de mobilidade social; quando a insegurança, a precariedade e o futuro improvável saturam as previsões dos governantes e empresários cujo riqueza ostentável fica intacta, quando o encorajamento da iniciativa pessoal é acompanhado por uma condenação do "indivíduo egoísta" que terá promovido maio de 68, uma verdadeira "comunicação traumática" é assim estabelecida. Harold Searles via neste tipo de comunicação um "esforço para virar ou outro maluco".

As injunções contraditórias são numerosas na sociedade atual: o êxito é valorizado mas só se estiver submetido aos critérios de rendimento econômico; a iniciativa pessoal é requerida mas se estiver conforme à normas particulares.

Com este desempenho da novilíngua, a linguagem usada é quase totalmente esvaziada do seu sentido; as palavras ficam como signos referindo a realidades fixas e restringidas, mas que, ao mesmo tempo, podem mudar no contrario e revelar o vazio que ocultam. Poderíamos fazer a

experiência da inanidade desta linguagem imitando-a :

“Este progresso histórico é uma reestruturação, uma mudança de posicionamento devida à avaliação estratégica de uma comissão de especialistas”

Esta frase poderia servir tanto na apresentação da necessidade de despedir empregados numa empresa, como na promoção dos novos serviços do hospital, na reforma da escola, na decisão de tomar medidas drásticas para encaminhar imigrantes à fronteira ou na vontade de ratificar os testes de tendência à delinquência impostos a crianças de 3 anos.

Esta prática ao mesmo tempo petrificada e vazia da linguagem fica bastante similar ao uso da linguagem pelo psicótico. Como indicava Freud, a psicose caracteriza-se pelo feito de tomar representações de palavra por representações de coisa. Resulta de uma falta de simbolização, e a impossibilidade da dimensão metafórica da linguagem. É precisamente esta dimensão que carece aqui.

Portanto, a prática lingüística da novilíngua, e as formações discursivas que ela revela e ecoa encaminham na direção de uma anulação séria da subjetividade e das possibilidades de simbolização e elaboração.

As "loucuras contemporâneas" mostram, ao meu ver, esta hesitação estrutural entre uma necessidade de adaptação social, econômica, profissional às expectativas neoliberais, por um lado, e, por outro lado, a deflagração súbita e pontual da subjetividade em atos ou discursos loucos, exteriorizando a violência padecida. Estas psicopatologias sociais revelam dois afetos principais apontando o vazio que provoca a novilíngua: o aborrecimento, e a angústia.

Insistimos em chama-las loucuras contemporâneas para evitar a categoria pouco precisa de "estados limites". Referimo-nos também às duas experiências da folia articuladas pelo renascimento e a idade barroca sublinhadas por Michel Foucault. Uma experiência trágica, cósmica, revela a fascinante proximidade da loucura e o cortejo de verdades que traz com ela. Numa experiência crítica, pela distancia da ironia, a loucura escarnece das ciências desreguladas, das vãs ações humanas, do erro do poder. Escolhemos ver esta dimensão de loucura ao centro do homem e de humanidade ao centro da loucura, de loucura da sociedade e crítica da norma nas manifestações atuais da psicopatologia. Por isso retomamos o termo de "loucura", além de qualquer classificação nosográfica desempenhando uma objetivação ou uma eliminação normativa destas formas.

O termo de loucura aponta uma realidade social: os malucos são apreendidos em comparação com "normais". Recapturamos esta separação entre loucura e normalidade, mas invertendo-a : as loucuras contemporâneas são as que vêm alterar uma norma e uma normação, e indicar um disfuncionamento social, político e econômico.

Perante esta manipulação perversa da linguagem pela novilíngua, que podemos fazer?

Primeiro, como dizia Anne Bourgain, não ceder da língua, como não se deve ceder do desejo, e tentar reativar o que Jakobson chamava a função poética da linguagem. A saída do pesadelo da novilíngua parece ligada a tres perspectivas que arriscam a remover a criatividade da linguagem, como recordava a mesma Anne Bourgain : a poesia, o humor e a psicanalise. Um exemplo disso poderia ser achado no chiste judeu que Freud recorda em *Os chistes e a sua relação com o inconsciente* :

‘Dois judeus encontraram-se num vagão de trem em uma estação na Galícia. “Onde vai?” perguntou um. “À Cracóvia”, foi a resposta. “Como você é mentiroso!”, não se conteve o outro. “Se você dissesse que ia à Cracóvia, você estaria querendo fazer-me acreditar que estava indo a Lemberg. Mas sei que, de fato, você vai à Cracóvia. Portanto, por que você está mentindo para mim?”’

E Freud acrescenta uma observação essencial :

« Mas a mais séria substância do chiste é o problema do que determina a verdade. O chiste, uma vez mais, aponta para um problema assim como faz uso da ambigüidade de um dos nossos conceitos mais comuns. Estaremos certos em descrever as coisas tal qual são sem nos importarmos em considerar a forma pela qual nosso ouvinte entenderá o que dissermos? »

Deixo vocês decidirem, em função da consideração que terei tido da sua compreensão, se falei a verdade...